

## **Bons alimentos cada vez mais caros: análise da evolução dos preços dos alimentos no Brasil.**

Que a alimentação é importante para a manutenção da saúde não há dúvidas. Pode haver inconsistências em relação ao quanto se deve comer de cada alimento ou nutriente, ou o quanto isso nos protege de desenvolver doenças no futuro. No entanto, é certo que pessoas que se alimentam melhor têm um risco menor de ter doenças do coração, alguns tipos de cânceres e obesidade, entre outras doenças<sup>1</sup>.

Há diversas razões pelas quais as pessoas, de modo geral, não conseguem se alimentar de forma mais saudável no Brasil e no mundo. Dois aspectos são importantes: preferências alimentares e os preços dos alimentos<sup>2</sup>. O último aspecto pode não ser somente uma limitação para melhora nas escolhas alimentares, mas também para manutenção da alimentação. O problema se agrava quando o aumento nos preços dos alimentos é maior que o aumento no rendimento das famílias. No Brasil, pelo menos para aqueles que têm seu rendimento vinculado ao salário mínimo, cuja correção anual acompanha a inflação, este descompasso é uma absurda realidade.

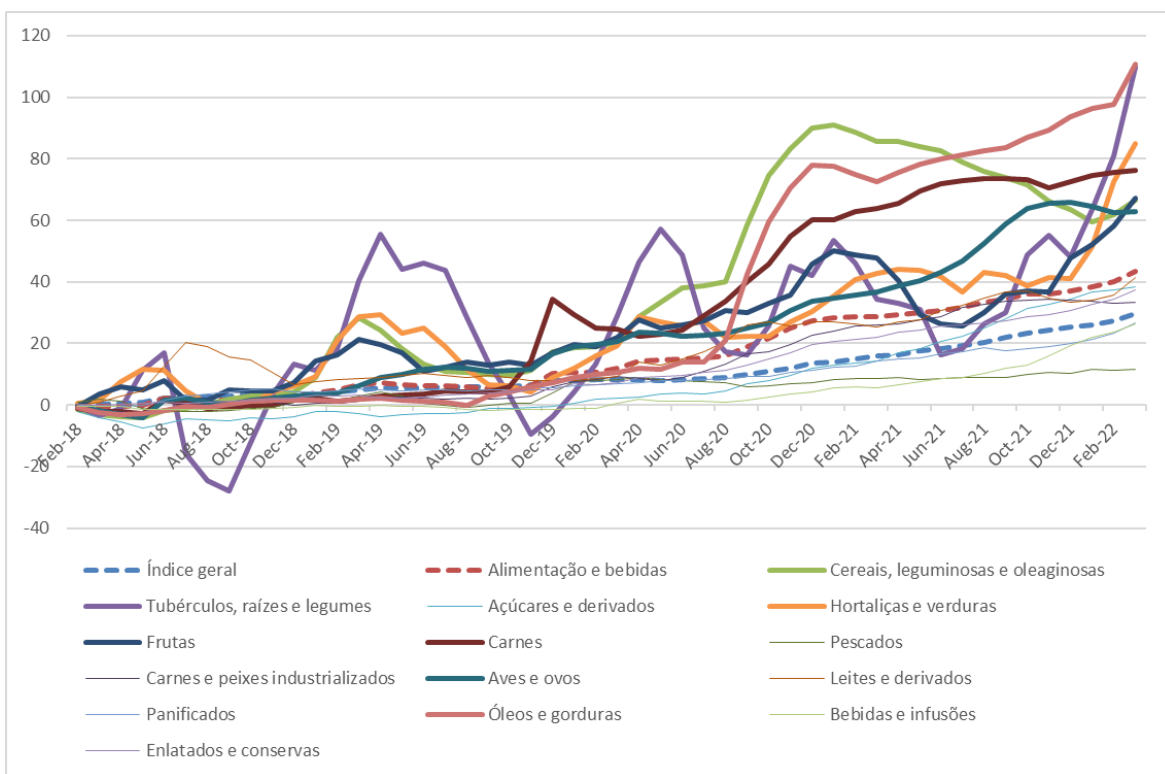
A recente guerra entre Rússia e Ucrânia se somou aos impactos da pandemia de COVID-19 nos preços dos alimentos no mundo. O *Food Price Index* (FFPI)<sup>3</sup> elaborado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estimou um aumento global de 12,6% entre março e fevereiro no preço das *comodities* cereais, óleos vegetais, laticínios, carnes e açúcar, sendo o maior aumento já observado desde 1990.

É esperado, contudo, que este fenômeno de aumento nos preços ocorra de forma diferenciada entre os países. Nos Estados Unidos, o departamento de Agricultura (USDA) divulgou um aumento de 1,4% nos preços dos alimentos (mercados e supermercados) para fevereiro deste ano em relação a janeiro, e de 8,6% em relação a fevereiro de 2021<sup>4</sup>.

No Brasil, nos últimos meses têm sido recorrente a divulgação de matérias sobre o aumento desenfreado na inflação dos alimentos. Seja pela economia mundial, pela guerra, pela pandemia, ou por tudo isso junto e ainda potencializado pela desastrosa condução da economia pelo atual governo, o alimento tem ficado, de fato, cada vez mais caro no orçamento do brasileiro. Os gráficos abaixo mostram a evolução nos aumentos dos preços dos alimentos no Brasil, regiões metropolitanas, e por grupos de alimentos, bem como no custo de uma cesta alimentar saudável para população brasileira.

### Alimentos e bebidas

Direito fundamental garantido na Constituição e necessidade fisiológica básica diária para cada pessoa, a alimentação p um tem infelizmente sofrido grandes aumentos em seu preço nos últimos 12 meses. Como um todo, para alimentos e bebidas, a inflação tem sido maior que a inflação geral medida no país, o que já é péssimo, pois torna a alimentação um item ainda mais oneroso no orçamento das famílias. O pior, contudo, é que entre os alimentos que mais têm sofrido aumento, estão os tubérculos, raízes, legumes, frutas, hortaliças e verduras, que são os itens a que a população deveria ter mais acesso e consumir mais, pois são os que mais trazem benefícios para saúde da população. Não podemos deixar de destacar também o item óleos e gorduras, entre os quais o óleo de soja, necessário para o preparo de alimentos em casa, tem sofrido intenso e constante aumento. A Figura 1 mostra a evolução do aumento no preço dos grupos de alimentos em relação a janeiro de 2018, onde destacamos os itens com maiores aumentos, bem como a inflação geral e a inflação para alimentos e bebidas.

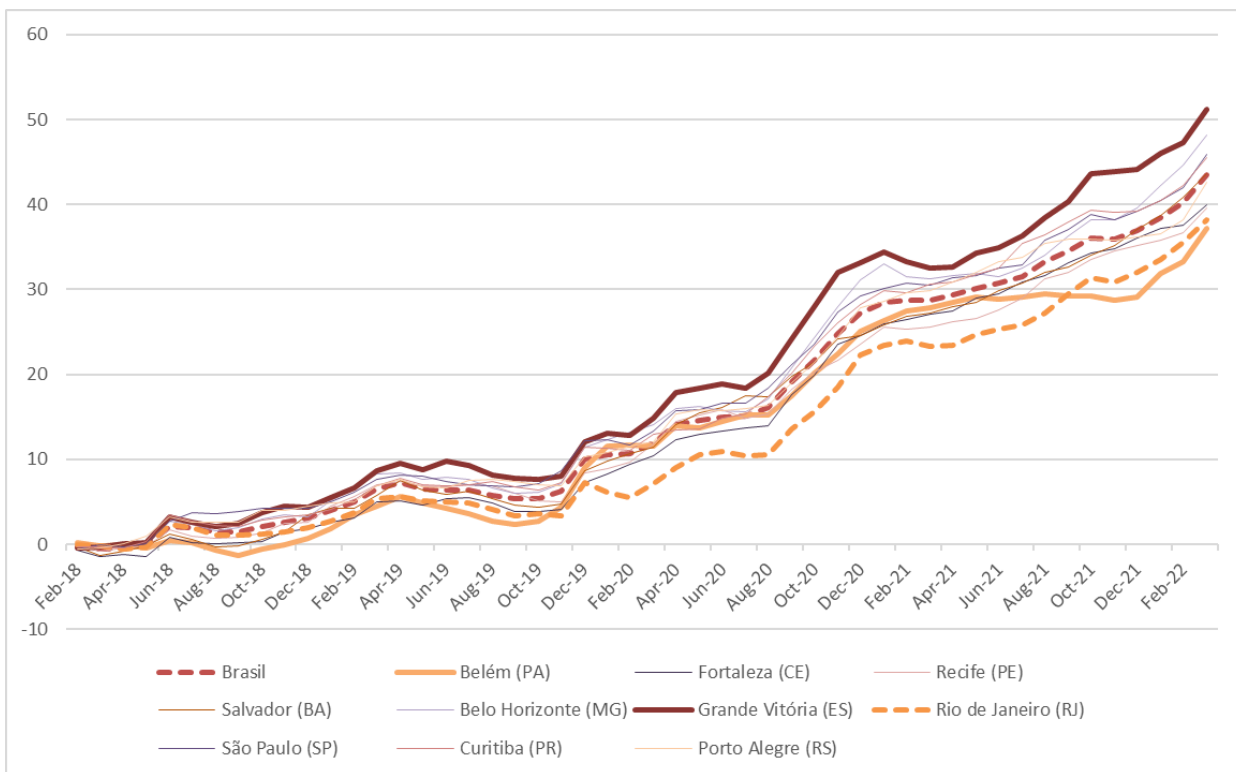


**Figura 1 – Aumento acumulado (%) em relação a janeiro/2018, Grupos alimentares.**

Fonte: Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE)

O aumento nos preços para alimentos e bebidas, como um todo, segue o mesmo padrão entre as regiões metropolitanas avaliadas pelo IBGE. No entanto, há uma importante heterogeneidade na magnitude da variação entre as regiões metropolitanas avaliadas. A região metropolitana com maior aumento acumulado desde janeiro de 2018 foi a Grande Vitória, com 51%; a de menor aumento foi Belém (37%). A região metropolitana do Rio de Janeiro apresentou um dos menores aumentos acumulados no período, estando abaixo da média nacional.

Neste gráfico, quando as linhas estão horizontalmente estáveis (sem aparente aumento ou redução, como no período entre abril e outubro de 2019), significa que os preços também estiveram estáveis (constantes). Chama a atenção que o aumento se intensificou a partir de novembro de 2019, quatro meses antes do início das medidas de isolamento em decorrência da pandemia de COVID-19 no Brasil (Figura 2).

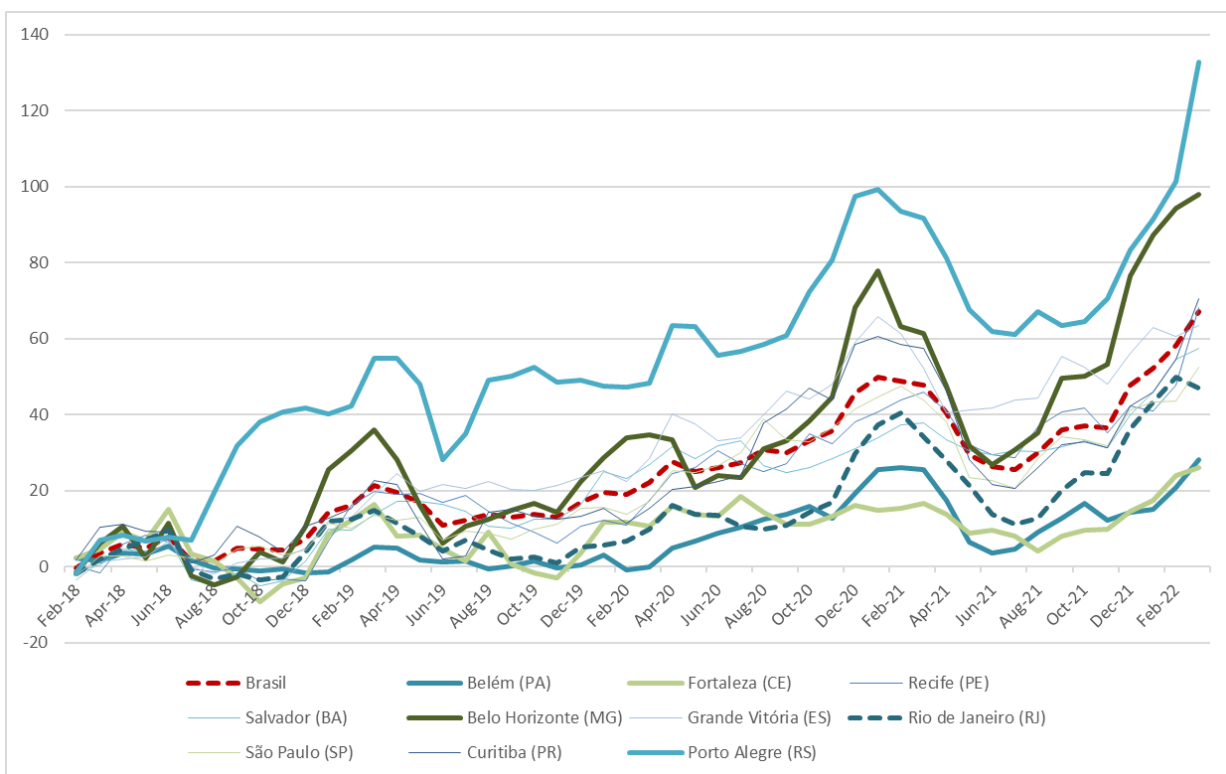


**Figura 2 – Aumento acumulado (%) em relação a janeiro/2018, alimentos e bebidas, Regiões Metropolitanas.**

Fonte: Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE)

### Frutas

A heterogeneidade na evolução dos preços das frutas é ainda mais evidente, com destaque para a região metropolitana de Porto Alegre, cujo aumento acumulado foi de aproximadamente o dobro do observado na média nacional (132% comparado com 67%). As regiões metropolitanas de Fortaleza e Belém apresentaram os menores aumentos para as frutas (em torno de 26%). Novamente, a região metropolitana do Rio de Janeiro ficou abaixo da média nacional (Figura 3).

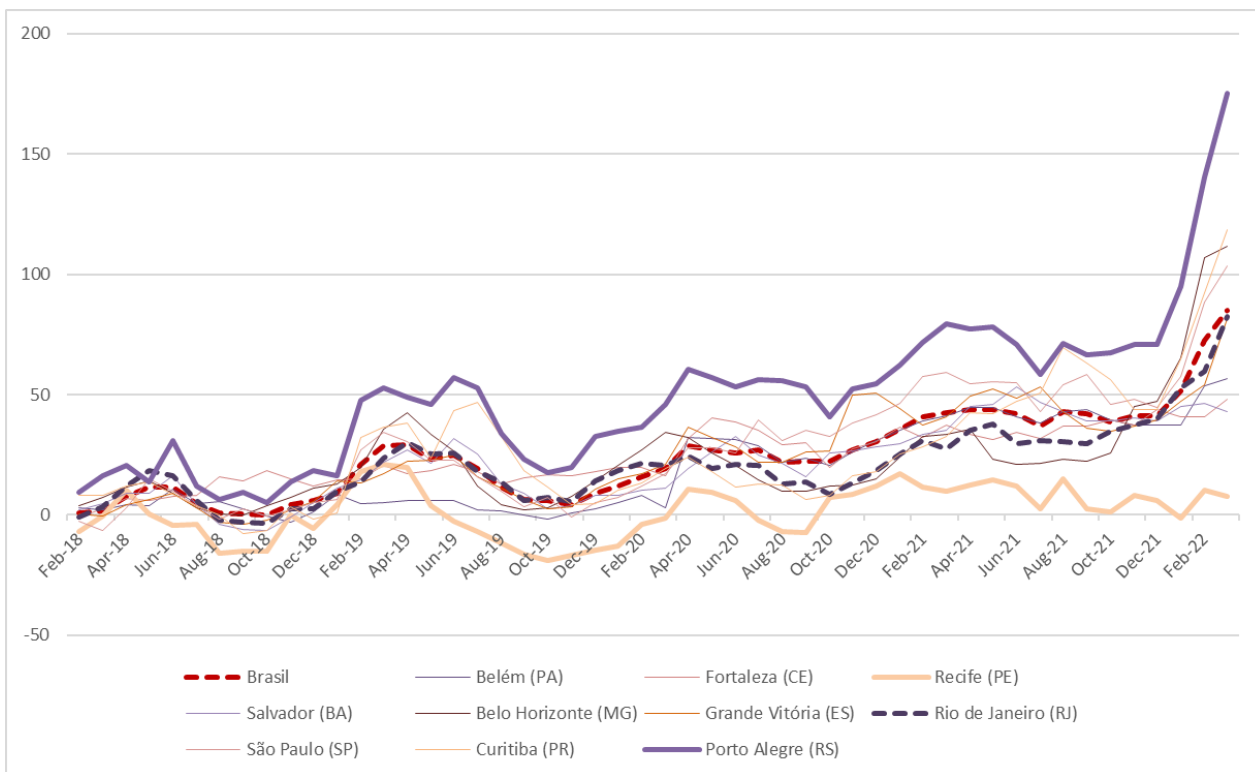


**Figura 3 – Aumento acumulado (%) em relação a janeiro/2018, Frutas.**

Fonte: Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE)

#### Hortaliças e verduras

O aumento acumulado se manteve até em torno de 50% em todo o período para quase todas as regiões. Uma redução nos preços (em relação aos meses anteriores), que normalmente acontece entre os meses de julho e novembro, não ocorreu de forma evidente no ano de 2021, descaracterizando a evolução com períodos sazonais a partir de 2021. Ainda que o aumento nos preços seja esperado a partir do mês de novembro, em 2021 este aumento se deu de forma muito mais intensa que nos anos anteriores para a maioria dos territórios avaliados. Novamente, a região metropolitana de Porto Alegre apresentou o maior aumento, sendo em torno de duas vezes o observado na média nacional (175% comparado com 84%). Para este item, a região metropolitana do Rio de Janeiro apresentou evolução semelhante à média nacional (82%), com aumento intensificado nos preços a partir de dezembro de 2021. A região metropolitana de Recife apresentou o menor aumento acumulado no período (43% em relação a janeiro de 2018); em alguns períodos os preços eram ainda menores que esta data de referência (Figura 4).

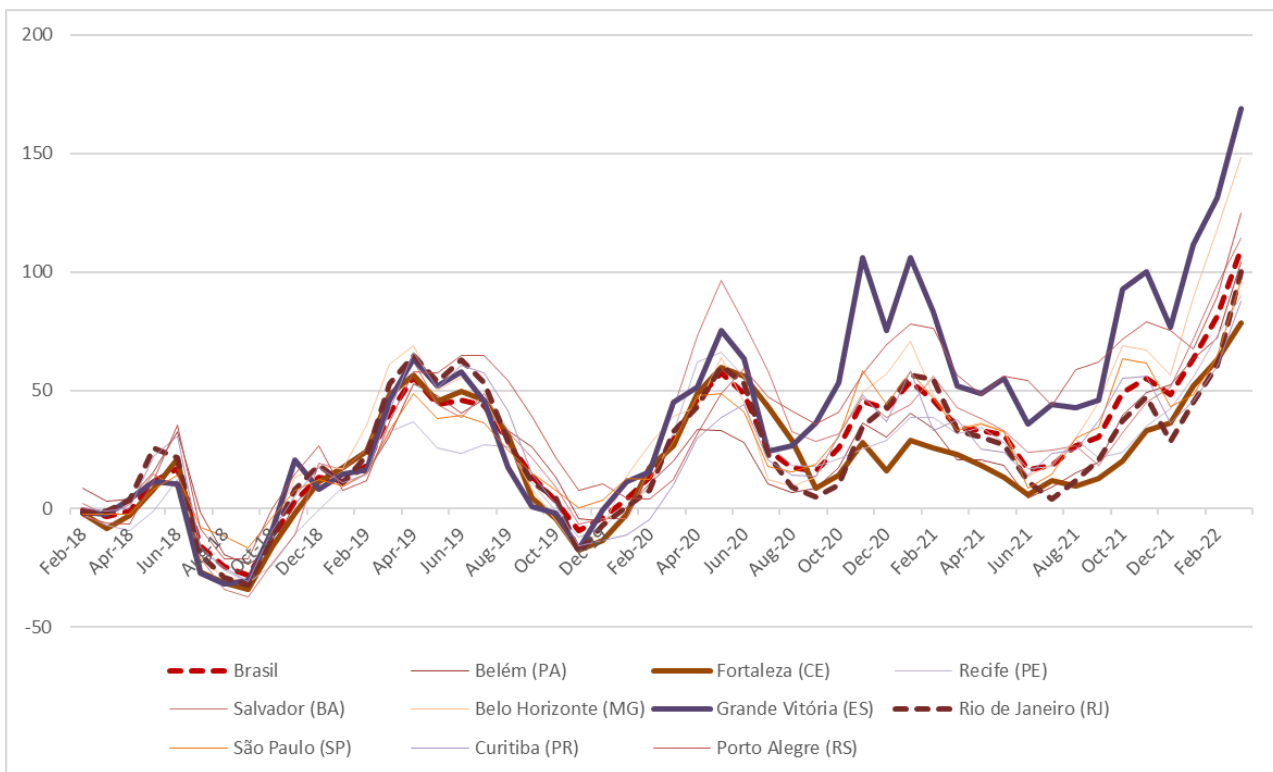


**Figura 4 – Aumento acumulado (%) em relação a janeiro/2018, hortaliças e verduras.**

Fonte: Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE)

#### Tubérculos, raízes e legumes

Uma variação sazonal mais evidente é observada para este item, bem como menor heterogeneidade entre as regiões metropolitanas. Como observado anteriormente, o aumento nos preços a partir do final de segundo semestre de 2021 tende a ser o mais intenso no período, com destaque para a Grande Vitória, cujo índice acumulado chegou a ser 50% maior que a média nacional (169% vs. 109%). A região metropolitana do Rio de Janeiro novamente acompanhou a variação na média nacional (Figura 5).

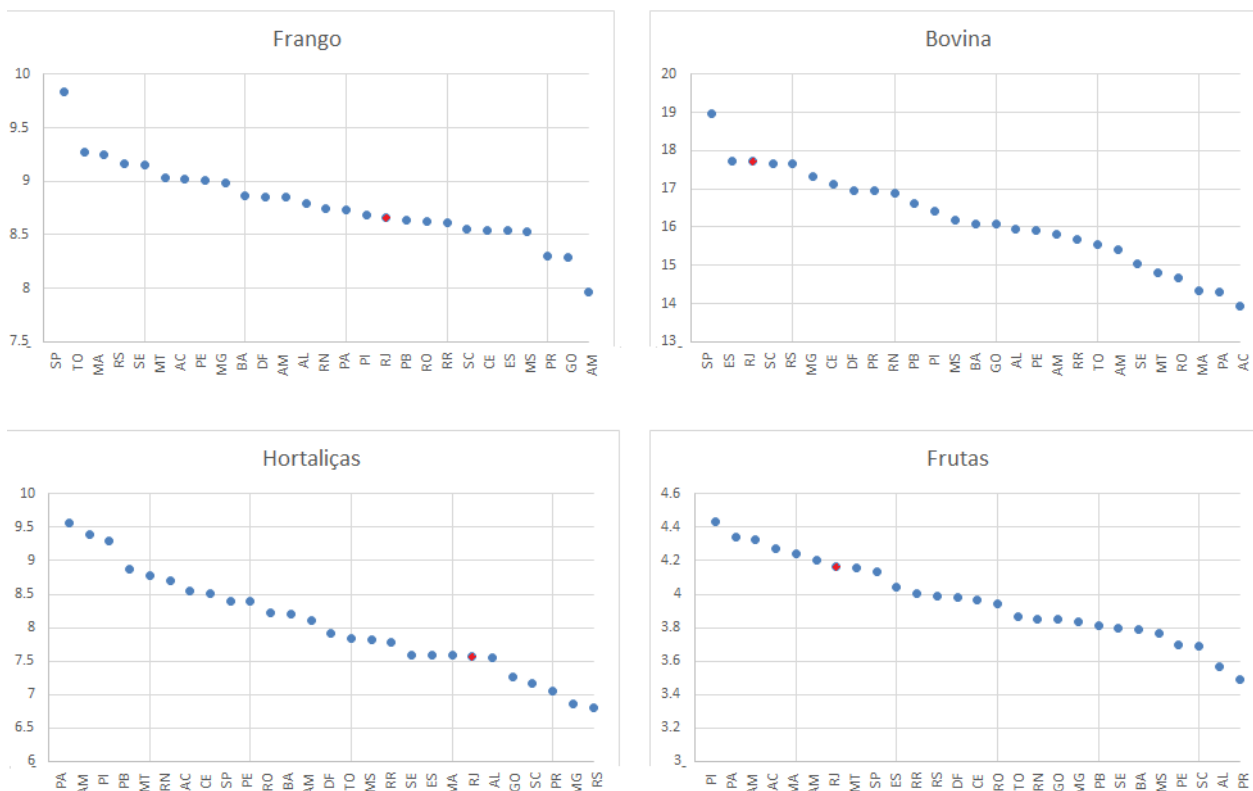


**Figura 5 – Aumento acumulado (%) em relação a janeiro/2018, tubérculos, raízes e legumes.**

Fonte: Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE)

#### Preços reais

O fato de os preços terem aumentado mais em algumas regiões metropolitanas não indica necessariamente que estes alimentos são mais caros nestes lugares. Isto vai depender do preço praticado em cada região metropolitana. Por exemplo, o estado do Rio de Janeiro tinha o sétimo maior o preço (R\$/kg) para as frutas em 2018, na comparação com os outros estados. Portanto, um menor aumento (em percentual) acumulado desde então é um fato bem vindo, mas provavelmente ainda faz do Rio de Janeiro um estado entre os mais caros para este item. Mesmo que a maior aumento acumulado tenha sido observado na região metropolitana do estado com menor preço, como caso das hortaliças em Porto Alegre, certamente impacta no equilíbrio do orçamento das famílias e pode ser um fator que desencoraja não só o aumento no consumo como também sua manutenção. Os preços por quilograma apresentados na Figura 6 devem ser interpretados com cautela já que expressam os valores gastos pelos consumidores de cada estado para aquisição dos alimentos dentro de cada grupo de alimentos. Por exemplo, o fato de o preço da carne bovina em São Paulo ser substancialmente maior que nos demais estados pode ser explicado também pelos gastos com cortes mais sofisticados e de maior valor, que aparentemente é mais frequente naquele estado. Em relação às hortaliças, o estado do Rio de Janeiro está em uma posição mais confortável em comparação com a maioria estados: tanto os preços, em termos absolutos, quanto a variação desde 2018 estão abaixo da média nacional.



**Figura 6 – Preço médio (R\$/Kg) para o frango, carne bovina, hortaliças e frutas de acordo com a unidade de federação. Brasil, janeiro de 2018.**

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE)

### Custo da cesta básica

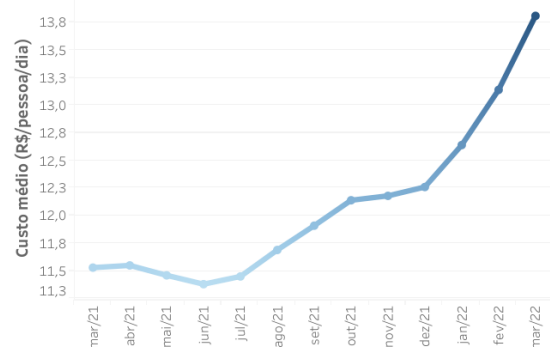
O Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamentou o salário mínimo no Brasil, também definiu 13 alimentos e suas quantidades para garantir o sustento de um trabalhador adulto, que são carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão francês, café em pó, banana, açúcar, banha/óleo, manteiga. Sua definição não leva em consideração, portanto, aspectos importantes de uma cesta de alimentos: significativa variação territorial nos preços e nas preferências alimentares, além das quantidades mínimas recomendadas de energia, nutrientes e grupos de alimentos. Ainda assim, o custo estimado da cesta básica divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) tem sido um importante indicador do impacto econômico da inflação no orçamento das famílias.

Mais recentemente, o projeto Cesta Brasileira de Alimentos<sup>5</sup>, conduzido por pesquisadores do Núcleo de Epidemiologia e Biologia da Nutrição (NEBIN), do Departamento de Epidemiologia do Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro (UERJ), tem divulgado mês a mês a variação no custo de uma cesta nutricionalmente adequada e que leva em consideração a variação nas preferências alimentares bem como nos preços em todo o país. A cesta é desenvolvida utilizando técnica de otimização de dados por programação linear, cuja “cesta ideal” deve ser a mais próxima possível da cesta já praticada pela população (critério de aceitabilidade cultural), em cada um dos diversos locais em que é avaliada. A cesta oferece em torno de 1700 quilocalorias, ao menos 300g de frutas e hortaliças (considerando os tipos mais comuns em cada local), além da adequação de

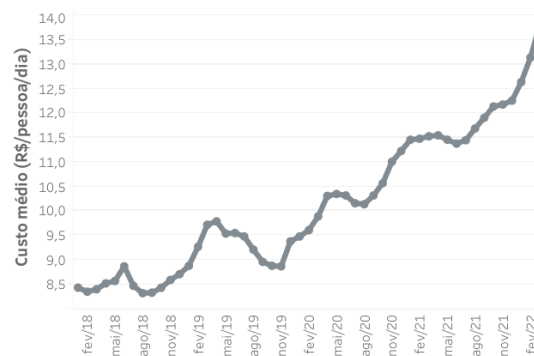
macronutrientes (carboidratos, gorduras e proteínas), tipos de gorduras (saturada, trans, poli-insaturada) e micronutrientes (cálcio, potássio, vitamina A, vitamina C, ferro, magnésio, zinco, cobre, folato e fósforo).

Para o mês de março, o custo médio da cesta básica saudável no país foi de R\$13,81 por adulto/dia (R\$ 414,00/mês), representando um aumento de 5,09% em relação a fevereiro, e um acumulado de 19,77% em relação a março de 2021. A cesta mais barata foi estimada para a região Nordeste (R\$11,14) e a mais cara para a região Sul (R\$15,52) (Figura 7).

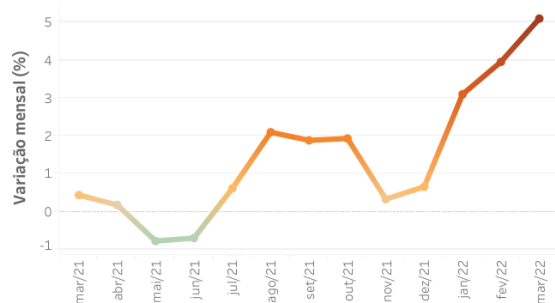
Custo da cesta (últimos 12 meses)



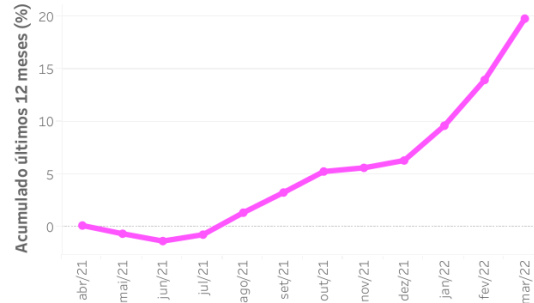
Série histórica (a partir de Jan-2018)



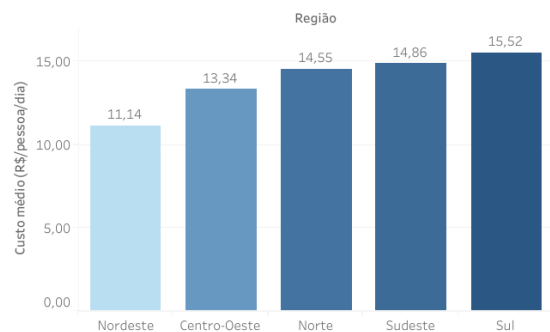
Variação mensal (%)



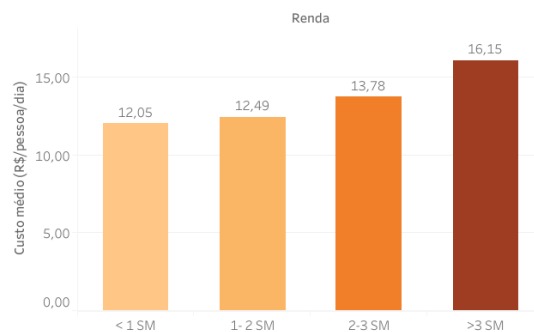
Acumulado últimos 12 meses (%)



Custo por Região



Faixas de renda \*



\* renda em salários mínimos per capita

**Figura 7 – Evolução no custo da cesta básica de alimentos saudáveis para população brasileira, segundo região e faixa de renda.**

Fonte: cestabasica.nebin.com.br



A conclusão que se impõe a partir desses dados é que uma ação do estado brasileiro se faz necessária e urgente para garantir o acesso à alimentação. O aumento nos preços e a estagnação nos rendimentos refletem-se no aumento no número de famílias vivendo com insegurança alimentar moderada e grave no país, que passou de 6,1% e 4,2% em 2013 para 11,5% e 9% em 2020, respectivamente. O percentual de famílias vivendo com algum tipo de insegurança alimentar saltou de 22,9% para 55,2%, no mesmo período.

## **Referências**

- 1 – GBD 2019 Risk Factors Collaborators. Global burden of 87 risk factors in 204 countries and territories, 1990–2019: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2019.
- 2 – Darmon N, Drewnowski A. Contribution of food prices and diet cost to socioeconomic disparities in diet quality and health: a systematic review and analysis. *Nutr Rev.* 2015;73(10):643–660. doi: 10.1093/nutrit/nuv027.
- 3 - <https://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>
- 4 – <https://www.ers.usda.gov/data-products/food-price-outlook/summary-findings/>
- 5 – cestabasica.nebin.com.br
- 6 – Rede PENSSAN. Insegurança alimentar e COVID-19 no Brasil. 2021. [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf)